ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sexta-feira, 14 de julho de 2023

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEI
2 – ATAS
2.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
2.2 – Mesa da Assembleia
2.3 – Comissões
3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
5 – MANIFESTAÇÕES
6 – REQUERIMENTOS APROVADOS
7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

LEI

LEI Nº 24.396, DE 13 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a política estadual do biogás e do biometano.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – A política estadual do biogás e do biometano obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – cadeia produtiva do biogás e do biometano o conjunto de atividades, empreendimentos e arranjos produtivos ligados entre si por relações contratuais e que fazem parte de setores da economia que prestam serviços e utilizam, produzem, geram, industrializam, distribuem, transportam ou comercializam produtos derivados da biodigestão, inclusive de resíduos sólidos e efluentes;

II – resíduos sólidos os resíduos em estado sólido ou semissólido resultantes de atividade industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição, inclusive os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e os resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água;

III – efluentes os despejos líquidos provenientes de diversas atividades ou processos;

IV – biodigestão a transformação de matéria orgânica em novos produtos por meio do processo de decomposição anaeróbia;

V – biogás o gás bruto obtido da decomposição biológica de resíduos orgânicos;

VI – biometano o biocombustível gasoso constituído essencialmente de metano, derivado da purificação do biogás;

VII – cadeia produtiva integrada a relação entre o produtor rural integrado e a agroindústria integradora, nos termos da Lei Federal nº 13.288, de 16 de maio de 2016.

Art. 3º – São objetivos da política estadual do biogás e do biometano:

I – incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação do biogás e do biometano na matriz energética estadual;

II – promover a sinergia entre a gestão eficiente dos resíduos sólidos e a geração de energias renováveis;

III – promover o enfrentamento das mudanças climáticas;

IV – promover o desenvolvimento tecnológico voltado à produção de biogás e de biometano, orientado para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

V – estabelecer regras e instrumentos de organização para auxiliar a cadeia produtiva do biogás e do biometano;

VI – promover incentivos, fiscalização e apoio à cadeia produtiva do biogás e do biometano.

VII – apoiar e fomentar a cadeia produtiva do biogás e do biometano no Estado;

VIII – atrair investimentos em infraestrutura para a produção, distribuição e comercialização de biogás e de biometano.

Art. 4º – Para a consecução dos objetivos de que trata esta lei, o poder público promoverá, entre outras, as seguintes ações:

I – o incentivo ao aproveitamento de resíduos orgânicos para produção de biogás;

II – o incentivo ao uso de biometano nos serviços de transporte público.

Art. 5º – Os membros de uma cadeia produtiva integrada obedecerão ao disposto na Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.

Parágrafo único – A destinação ou transferência de resíduos e efluentes de um empreendimento para outro, para a biodigestão, com a finalidade de gerar biogás ou biometano, será licenciada e realizada conforme os parâmetros definidos na legislação federal e estadual aplicável e de acordo com o que estiver disposto em regulamento.

Art. 6º – As atividades de transferência e de transporte de resíduos e efluentes, as de produção de biogás e de biometano e as de geração de energia elétrica a partir do biogás serão submetidas a licenciamento ambiental, segundo o seu potencial poluidor, nos termos da legislação federal e estadual aplicável e de acordo com o que estiver previsto em regulamento.

Art. 7º – As operações de produção e comercialização de biogás e de biometano serão submetidas às normas de segurança contra incêndios previstas na legislação federal e estadual.

Art. 8º – Os empreendimentos e os arranjos produtivos que se enquadrarem nas disposições de que trata esta lei, inclusive nas modalidades de consórcio, condomínio, cooperativa e parceria público-privada, poderão ser, na forma de regulamento, considerados Empresa de Base Tecnológica – EBT –, nos termos da Lei nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008.

Parágrafo único – São aplicáveis, entre outros, os instrumentos de estímulo à inovação nas empresas de que trata a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os preceitos das Lei Complementares Federais nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 160, de 7 de agosto de 2017.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 13 de julho de 2023; 235º da Inconfidência Mineira e 202º da Independência do Brasil.

Deputada Leninha – 1º-Vice-Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 12/7/2023

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Adriano Alvarenga – Arlen Santiago – Charles Santos – Coronel Henrique – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Eduardo Azevedo – João Magalhães – Lucas Lasmar – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 3/4/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Antonio Carlos Arantes, requerimento de natureza administrativa do deputado Cássio Soares referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Tadeu Martins Leite referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Projeto de Lei nº 415/2023, de autoria da Mesa da Assembleia, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, nos termos do inciso XXI do art. 61 da Constituição do Estado – parecer de 1º turno sobre emendas e substitutivo apresentados em Plenário – pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, é aprovado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas no art. 146 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 20/3/2023, o servidor Jorge Aurélio Pôssa Filho, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de jornalista. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de abril de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/4/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas anual da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao exercício financeiro de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas anual da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao exercício financeiro de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.814/2023, a Mesa dispõe sobre filmagens e gravações no recinto do Plenário e no Salão Vermelho. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antônio Carlos Arantes processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Três Corações, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para cessão de servidor público municipal para exercício de cargo em comissão na Casa – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Andradas, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para cessão de servidor público municipal para exercício de cargo em comissão na Casa – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 17 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de abril de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 17/4/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Claro NXT Telecomunicações S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso a sinais de televisão por assinatura – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 4/2023, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 207/2023, de autoria do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o andamento das obras do Programa Brasil Profissionalizado, nas escolas técnicas dos Municípios de Manga, Brasília de Minas, Monte Azul, Espinosa, Joaíma e Bocaiuva, as quais foram iniciadas em 2005, com término previsto para 2012, e que em 2018 estavam com 90% dos trabalhos concluídos – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 211/2023, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de realização, em 2023, dos tradicionais Jogos do Interior de Minas – Jimi – e se serão realizados nos mesmos moldes das edições anteriores, com utilização do sistema de disputa regional e final já consagrado e com as mesmas modalidades esportivas, coletivas e individuais – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1,

aprovado; Requerimento nº 320/2023, de autoria da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações referentes ao programa Trilhas de Futuro, criado pelo governo de Minas, em outubro de 2021, com o objetivo de oferecer gratuitamente aos jovens cursos técnicos de formação profissional, com perspectiva de empregabilidade, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, em todo o Estado, através do atendimento aos seguintes tópicos: encaminhamento de relatório de repasses para pagamento de vale-transporte e alimentação, conforme registro de frequência apurada pela instituição, devendo ser apontados os dados de forma individualizada por instituição credenciada; e, caso exista algum repasse em atraso ou pendente, as razões do atraso e a data prevista para a regularização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 464/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o convênio do transporte escolar, esclarecendo o seguinte: quais municípios possuem convênio com o Estado para a prestação do transporte escolar; quantas crianças e adolescentes são atendidas, atualmente, por esse serviço, apresentando a quantidade de alunos por município; quais os critérios utilizados pelo Estado para viabilizar o acesso ao serviço do transporte escolar e qual o impacto dos gastos com esse serviço, por criança, no orçamento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 502/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a estrutura de fornecimento de energia elétrica nos Bairros Parque das Samambaias e Bromélias, zona rural de Juiz de Fora, esclarecendo-se: a composição das equipes funcionais de instalação, manutenção e atendimento à população; o valor investido, nos últimos quatro anos, em ações de melhoria da infraestrutura nos bairros citados, visto que a população sofre com constantes interrupções de fornecimento de energia, ocasionando perda de alimentos, danos em eletrodomésticos e impedimento de realização de inúmeras atividades, o que se agrava em períodos de chuva; e o prazo médio de atendimento em domicílio quando solicitado pela população – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 516/2023, de autoria da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações consubstanciadas nas inscrições pelo Estado, no Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais – SIAF-MG –, de associações culturais, especificando-se quais seriam os impedimentos, a fim de que possa ser realizado, por meio dessa comissão, algum projeto para que essas associações sejam regularizadas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 524/2023, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre as medidas adotadas em relação aos fatos narrados nos Requerimentos nºs 1.301/2019 e 4.810/2020, ambos da Comissão de Segurança Pública e encaminhados àquela corporação, nos quais se solicita seja instaurada representação em desfavor do Maj. PM Jardel Eduardo da Silva, do 1º-Ten. PM Genival Fernandes de Oliveira e do 1°-Ten. PM Felipe Wagner Rezende Alves, ex-comandantes da 9ª Companhia Independente, 13ª Região e Pelotão da Polícia Militar que, mesmo sabedores da dispensa-saúde, do uso e manuseio de armamento e serviços operacionais e do uso de medicamentos controlados pelo Cb. PM Anderson Henriques da Cunha, por diversas vezes teriam determinado e remanejado o referido militar para trabalhar no Copom da unidade militar, onde tinha acesso amplo a todo o armamento da intendência, sendo exposto a potencial risco de morte; e, ainda, sobre as conclusões das apurações, ressaltando-se que, embora o parecer da Mesa da Assembleia sobre o Requerimento nº 4.810/2020 – que opinou pela sua aprovação – tenha sido aprovado em 9/11/2020, e publicado no Diário do Legislativo em 18/11/2020, não consta em sua tramitação o envio de Ofício SGM ao então corregedor da PMMG – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 557/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações atualizadas sobre o número de profissionais de segurança pública, agentes prisionais e agentes socioeducativos, bem como sobre sua distribuição entre os batalhões militares e unidades prisionais – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 566/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a classe atual de qualidade da água da Lagoa de Ibirité, bem como para que esclareça quais ações e medidas têm

sido tomadas para atingir a meta de classe prevista no enquadramento para esse corpo d´água, nos termos da Deliberação Normativa nº 14, de 1995, que estabelece o enquadramento de corpos d'água na Bacia do Rio Paraopeba, e da Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH nº 6, de 2017 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 606/2023, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre as medidas de prevenção que vêm sendo adotadas em nosso estado, em relação às hipóteses de ocorrência da doença de gripe aviária, com vistas à máxima preservação da avicultura mineira e à proteção da saúde da população, bem como do mercado de exportação, em face da relevância dessa atividade econômica na composição do PIB de Minas Gerais e do Brasil (emendado pelo deputado Coronel Henrique) – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de abril de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/4/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 25 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de abril de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/4/2023

Às 16 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Antonio Carlos Arantes, processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para cessão de servidor público da segunda convenente para exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Estadual – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Projeto de Lei nº 415/2023, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, nos termos do inciso XXI do art. 61 da Constituição do Estado – parecer pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da

Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de abril de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 25/4/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a convocação para prestação de serviço em caráter especial dos servidores a que se refere o art. 18 da Deliberação da Mesa nº 2.798, de 19 de setembro de 2022, membros do Comitê de Controle Interno, e do servidor designado pelo diretor-geral, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 15 da Deliberação da Mesa nº 2.766, de 10 de maio de 2021, como encarregado da gestão dos dados pessoais tratados pelos órgãos a que se referem os incisos II a V do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001; 2ª) estabelece prazos e condições para planejamento de viagens internacionais de parlamentares para participação em eventos, de modo a possibilitar o atendimento ao princípio de economicidade. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Líder Táxi Aéreo S.A. Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi-aéreo – parecer favorável à prorrogação, com vigência de três meses ou até o término de processo licitatório em curso, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo,* nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: considerando requerimento de aposentadoria voluntária apresentado pelo servidor, com fundamento no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e nos termos do § 24 do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 21 de setembro de 1989, c/c art. 15, I, da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, colocando o servidor Fernando Lisboa Rosa, ocupante do cargo efetivo de oficial de execução das atividades da secretaria, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS –, em afastamento preliminar à aposentadoria, a partir de 25 de abril de 2023; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Fabiana da Silva para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Saúde Ocupacional – Gerência de Prevenção e Acompanhamento Odontológico. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de maio de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/7/2023

Às 15h10min, comparecem à reunião os deputados Arnaldo Silva, Charles Santos, Doutor Jean Freire e Cassio Soares (substituindo o deputado Zé Laviola, por indicação da liderança do BMF). Havendo número regimental, o presidente, deputado Arnaldo Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1° do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 15h28min a reunião é reaberta com a presença dos seguintes deputados: Arnaldo Silva, Charles Santos, Doutor Jean Freire e Cassio Soares (substituindo o deputado Zé Laviola, por indicação da liderança do BMF). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projeto de Lei n° 2.966/2021, 3.376/2021, 801/2023 e 898/2023 são retirados de pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Charles Santos. A presidência retira de pauta os Projetos de Lei n°s 96/2023 e 511/2023, por não cumprirem pressupostos regimentais. Registra-se a presença dos deputados Zé Laviola e Thiago Cota. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo n° 1 do Projeto de Lei n° 877/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva) e são rejeitadas as Propostas de Emenda n°s 1 e 2, com voto favorável do deputado Doutor Jean Freire; pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n° 878/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva) e são rejeitadas as Propostas de Emenda n°s 1 e 2, com voto favorável do deputado Doutor Jean Freire. Registra-se a saída dos deputados Doutor Jean Freire e Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo n° 1 dos Projetos de Lei n°s 2.976/2021 (relator deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição), 3.438/2021 e 526/2023 (relator: deputado Charles Santos), 3.842/2022 e 4.095/2022 (relator: deputado Arnaldo Silva), 255/2023 e 623/2023 (relator: deputado Zé Laviola) e 344/2023, 853/2023 e 886/2023 (relator: deputado Doutor Jean Freire); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo n° 1 do Projeto de Lei n° 299/2023 (relator: deputado Zé Laviola), e é rejeitada a Proposta de Emenda n° 1; e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n° 665/2023 e 667/2023 (relator: deputado Zé Laviola). São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, o Projeto de Lei n° 1.550/202 à Secretaria de Estado de Fazenda e o Projeto de Lei n° 301/2023 à Secretaria de Estado de Saúde. Passa-se à 2ª Fase da 2a Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São retirados de pauta, por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Thiago Cota, os Projetos de Lei n°s 2.889/2021, 777/2023 e 864/2023; e, a requerimento do deputado Charles Santos, os Projetos de Lei n°s 3.380/2021 e 597/2023, 627/2023 e 787/2023. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda n° 1 aos Projetos de Lei n°s 3.178/2021 (relator: deputado Zé Laviola), 4.056/2022 e 257/2023 (relator: deputado Thiago Cota) e 642/2023 (deputado Arnaldo Silva). São baixados em diligência aos respectivos autores as seguintes proposições: Projetos de Lei n°s 802/2023, 803/2023 e 691/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva) e 698/2023 (relator: deputado Zé Laviola). O Projeto de Lei n° 909/2023 (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição) é baixado em diligência ao autor e à Secretaria de Estado de Governo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária do dia 5/7 às 10 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2023

Arnaldo Silva – Charles Santos – Thiago Cota – Bruno Engler.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/7/2023

Às 15h13min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota, Charles Santos e Zé Laviola (substituindo o deputado Charles Santos, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Sr. José Valter Neto, presidente da Câmara Municipal de Boa Esperança (um ofício em 22/6/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 24/6/2023); do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 11/5/2023, um ofício em 3/6/2023, dois ofícios em 13/6/2023, dois ofícios em 15/6/2023, um ofício em 17/6/2023, quatro ofícios em 22/6/2023, um ofício em 30/6/2023); do Ministério dos Transportes (um ofício em 25/5/2023 e um ofício em 2/6/2023); do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (um ofício em 25/5/2023 e um ofício em 8/6/2023); da Companhia Energética de Minas Gerais (um ofício em 11/5/2023); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (dois ofícios em 11/5/2023, um ofício em 1º/6/2023 e três ofícios em 15/6/2023); da Agência Nacional de Telecomunicações (um ofício em 8/6/2023, um ofício em 13/6/2023 e um ofício em 17/6/2023); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 8/6/2023); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 29/6/2023); da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. – Triunfo-Concebra (um ofício em 24/6/2023); e da Concessionária Ecovias do Cerrado (um ofício em 30/6/2023). Registra-se a presença do Charles Santos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O deputador Charles Santos retira-se da reunião. Após discussão e votação, é aprovado, em 2º turno, o parecer pela aprovação na forma do vencido em 1º turno do Projeto de Lei nº 785/2019 (relatora: deputada Maria Clara Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 291/2023 (relator: deputado Celinho Sintrocel), que recebeu parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.099, 2.112, 2.114, 2.130, 2.185, 2.199, 2.246, 2.345, 2.462, 2.545 e 2.551/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.721, 2.722, 2.801 e 2.802/2023. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 3.010/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas nas respostas a ofícios e requerimentos oriundos do seu gabinete e a requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, os quais tratam da situação dos projetos, melhorias e obras dos seguintes trechos rodoviários: MG-167 (Três Pontas a Varginha); MG-280 (Alto Rio Doce a Dores do Turvo); MG-132 (Cipotânea, Alto Rio Doce e Desterro do Melo); MG-124 (Brás Pires a Ubá); MG-181 (Bonfinópolis de Minas a Brasilândia de Minas); MG-457 (Santa Rita de Jacutinga a Bom Jardim de Minas); MGC-482 (Porto Firme a Viçosa); MGC-265 (Desterro do Melo a Barbacena e a Mercês); MGC-369 (Campo Belo a Oliveira); MGC-383 (Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande e São Vicente de Minas); MG-030 (Congonhas a Ouro Branco); MGC-146 (Passos a São João Batista do Glória); MG-010 e MG-020 (Jaboticatubas); MG-338 (Ibertioga, Piedade do Rio Grande e Santa Rita de Ibitipoca); MG-214 (Mercês, Itamarandiba e Capelinha); MG-211 (Capelinha a Setubinha); MG-402 (Pintópolis a Urucuia); MG-443, MG-030 e MG-129 (Ouro Branco); MGC-464 (Conquista a Sacramento); MG-129 (Conselheiro Lafaiete a Ouro Preto); MG-443 (Lobo Leite a Ouro Branco); MG-030 (Lobo Leite); Estrada de acesso ao Parque Estadual da Serra Geral; MG-262 (Ouro Preto a Rio Casca); LMG-650 (Medina a General Dutra);

MG-126 (Mar de Espanha a Chiador) e LMG-654 (São João da Vereda). São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.829/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a implantação de um redutor de velocidade ou radar na área antes da bifurcação de Pedro Leopoldo e o Bairro Santa Clara, em Vespasiano, demanda recorrente entre os ciclistas, que se sentem inseguros devido à alta velocidade com que os carros trafegam na via;

nº 2.830/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na sinalização da BR-356, principalmente após o Km 4, próximo à Curva do Ponteio, entre o BH Shopping e a Copasa, com vistas a trazer maior segurança aos seus usuários, principalmente aos ciclistas que ali trafegam e sentem-se inseguros devido à alta velocidade com que os carros trafegam na via e a falta de sinalização adequada para o trecho;

nº 2.832/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que se proceda à execução de sinalização horizontal e vertical, na Linha Verde, via que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto de Confins, para identificação e segurança dos ciclistas que trafegam na via, inclusive para via compartilhada, visando garantir que motoristas e ciclistas tenham o espaço de circulação estabelecido para proteção dos que transitam pela referida linha, gerando mais segurança;

nº 2.857/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca da situação da praça de pesagem desativada na Rodovia MG-010, localizada em Jaboticatubas, em que se esclareça se o local está contemplado no plano de reativação das balanças executado pelo governo estadual, se há previsão de execução de obras e um cronograma que culmine com a retomada de atividades e a situação jurídica do imóvel onde está edificada a antiga praça, sua dominialidade e os instrumentos de direito real de uso vigentes;

nº 2.859/2023, do deputado Dr. Maurício, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja promovida a estadualização e a reforma do trecho de 43 km das estradas municipais rurais que ligam os Municípios de Ouro Fino e Santa Rita de Caldas, no Sul de Minas, denominado rodovia "Antônio Lemes da Fonseca", com o objetivo de dinamizar o transporte de insumos rurais e o transporte de pacientes graves que necessitam de ser atendidos em municípios vizinhos;

nº 2.860/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a revitalização do trecho entre os Municípios de Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro, na MG-10, que se encontra em situação precária, causando transtornos e insegurança aos motoristas que por ali trafegam;

nº 2.865/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do transporte de alimentos perecíveis nas rodovias do Estado, esclarecendo como a secretaria atua para minimizar os desgastes decorrentes do transporte desses alimentos; como funciona a estrutura operacional de transportes do Estado, no que tange ao fomento à profissionalização logística de alimentos perecíveis; quais as ações em curso para tal finalidade e prazo para conclusão; e quais as condições dos terminais de cargas do Estado, sua capacidade instalada e capacidade produtiva;

nº 2.867/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões relacionadas ao cenário atual do transporte de cargas perecíveis no Estado;

nº 2.888/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para construção da ponte localizada sobre o Rio Paranaíba, na LMG-722, que liga o Município de Lagamar ao Distrito de Pilar, em Patos de Minas;

nº 2.899/2023, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para urgente instalação de placas de sinalização de trânsito na Rodovia BR-267, Km 333, próximo à Comunidade Rural da Fazenda Velha, e instalação de radar na referida rodovia;

nº 2.900/2023, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para urgente instalação de placas de sinalização de trânsito na Rodovia AMG-1015, Km 0, em Águas de Contendas e Conceição do Rio Verde, próximo à Comunidade Rural do Taboão, à instalação de radar na referida rodovia;

nº 2.927/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para pavimentação da MG-214, no trecho que liga os Municípios de Mercês, Itamarandiba e Capelinha, e da MG-211, no trecho que liga os Municípios de Capelinha e Setubinha;

nº 2.936/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a reconstrução da Ponte do Palmito, na MG-231, no trecho entre os Municípios de Santana de Pirapama e Cordisburgo;

nº 2.937/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para o recapeamento da MG-231, no trecho localizado entre os Municípios de Santana de Pirapama e Cordisburgo;

nº 2.938/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja refeita a sinalização da MG-238, no trecho localizado entre os Municípios de Sete Lagoas e Cachoeira da Prata;

nº 2.953/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que as empresas credenciadas para o transporte coletivo intermunicipal, especialmente as que atuam nas linhas de Vespasiano, sejam devidamente fiscalizadas por essa subsecretaria, tendo em vista inúmeras queixas dos usuários de que as empresas não respeitam a grade de horários, as más condições de conservação de alguns veículos e a ausência de ar-condicionado em funcionamento;

nº 2.961/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja feita a liberação das vigas metálicas necessárias para a conclusão da construção de ponte no Município de Umburatiba, visto que a falta das vigas metálicas tem impedido a conclusão da estrutura, e a obra está paralisada;

nº 2.997/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre os riscos e impactos adversos decorrentes do excesso e da desordem de fios e cabos em postes de energia elétrica em Timóteo e outros municípios;

nº 2.998/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para recuperação e duplicação da BR-265, no trecho que liga o Município de Lavras a São João del-Rei;

nº 3.025/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam adotadas medidas de controle e de segurança do intenso tráfego de caminhões e veículos pesados a serviço da mineração no Bairro Paciência, no Município de Sabará, especialmente na travessia da Ponte Saldanha Marinho, monumento histórico da localidade;

nº 3.044/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater mobilidade urbana: mobilidade antirracista, tarifa zero e Sistema Único de Mobilidade Urbana – SUM – para a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 3.046/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que fiscalização e efetivação dos serviços a serem prestados pela empresa Expresso Gardênia que, segundo noticiado a este gabinete parlamentar, é responsável pela linha 4684 desde 2014 e não tem disponibilizado veículos para os trechos Natercia-Santanal-Escola (São Sebastião da Bela Vista); Santanal-Escola (São Sebastião da Bela Vista); São Sebastião da Bela Vista-Santa Rita do Sapucaí.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões,11 de julho 2023.

Celinho Sintrocel, presidente – Charles Santos – Cássio Soares.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/7/2023

Às 9h34min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e os deputados Betão (substituindo a deputada Macaé Evaristo, por indicação da liderança do BDL) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Prefeitura Municipal de Brumadinho (dois ofícios em 15/6/2023); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 1º/6/2023, dois ofícios em 8/6/2023, oito ofícios em 22/6/2023, três ofícios em 23/6/2023 e dois ofícios em 24/6/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 29/6/2023); e do Ministério da Educação (um ofício em 8/6/2023). A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.991/2022, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Lohanna. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Macaé Evaristo. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.695/2021 na forma do Substitutivo n° 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.991/2022 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Lohanna); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 63/2023 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Macaé Evaristo); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 87/2023 com as Emendas nºs 1 e 2 (relatora: deputada Lohanna). É convertido em diligência, a requerimento da relatora, o Projeto de Lei nº 3.595/2022, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Educação, ao Fórum Estadual Permanente de Educação do Estado de Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação. O Projeto de Lei nº 356/2023,

no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 479/2023 (relatora: deputada Lohanna), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 229, 1.506 (com a Emenda nº 1), 1.671, 1.885, 2.025 a 2.027, 2.033, 2.040, 2.063, 2.096, 2.115, 2.166, 2.180, 2.191, 2.205, 2.265, 2.266, 2.276 e 2.286/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.789/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino, em Divinópolis, pedido de providências para aquisição de materiais esportivos, especialmente suporte para rede de vôlei, visando otimizar as aulas de educação física na Escola Estadual Martin Cyprien, nesse município;

nº 2.817/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – não sejam considerados no cômputo da base de cálculo e limites de despesas primárias do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, conforme texto aprovado no Senado Federal. (Emendado pela deputada Beatriz Cerqueira);

nº 2.943/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre se secretaria de que é titular tem ciência de que, mesmo depois de tanto tempo de implementação do Novo Ensino Médio, o Diário Escolar Digital – DED – ainda não foi adequado para que os professores possam lançar as notas relativas aos itinerários formativos, sendo necessária a criação de um boletim escolar apartado, preenchido manualmente, para registro de frequência e nota dos estudantes; sobre qual o planejamento dessa secretaria para que o sistema seja adequado de forma a ter condições de receber os registros de frequência e nota dos estudantes, considerando não ser possível o lançamento no DED; sobre como estão se dando, paliativamente, os registros de frequência e nota no momento da totalização dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – e dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio; sobre como ficarão os registros desses estudantes para fins de escrituração da vida escolar; sobre se será necessário que os professores façam lançamentos manuais no DED dos registros que foram feitos em papel, quando o sistema for adequado; e sobre se haverá algum prejuízo na escrituração da vida escolar dos estudantes;

nº 2.951/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a notícia de que a Secretaria de Estado de Educação não abrirá turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA – dos anos finais em agosto, bem como sobre os motivos que ensejaram e sustentam essa decisão administrativa;

nº 2.952/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual São Francisco de Assis, em Carmo do Cajuru;

nº 2.954/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual Gonçalves de Matos, em Divinópolis, com a disponibilização do projeto e do cronograma das obras de construção dessa cobertura;

nº 2.965/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de política de valorização, pelo governo do Estado, das carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Política Públicas do Poder Executivo de que trata a Lei nº 23.178, de 21 de dezembro de 2018;

nº 2.966/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja aprovado, em caráter de urgência, o pedido de reforma da Escola Estadual Doutor Arlindo Silveira Filho, situada na cidade de Alfenas, feito pela comunidade escolar da região;

nº 2.988/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na Escola Estadual Vicente Mateus, em Divinópolis, especialmente através de reforma e ampliação dos banheiros e cantina, instalação de vidro em algumas janelas, realização de limpeza (capina) no interior da escola e reformas no telhado, entre outras, e para sanar ocorrências de superlotação das salas;

nº 2.990/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam incluídos no Edital Seplag/SEE nº 3/2023, para o provimento de cargos das carreiras da educação básica, os cargos vagos para atuar nos conservatórios estaduais de música;

nº 2.992/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que seja retomado o projeto Campo e Banco de Sementes Crioulas, na Fazenda Cantinho, da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, no Município de Juvenília, em função de sua importância para os produtores rurais familiares do município e do Estado;

nº 2.993/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para incentivar a produção agropecuária e agroecológica nas propriedades rurais da Fundação Caio Martins – Fucam –, no Município de Juvenília, tendo em vista o potencial produtivo dessas propriedades e sua capacidade de contribuir para a economia local;

nº 2.995/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo, Lohanna e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de servidores convocados para o exercício do cargo de professor de educação básica – regente de turma (anos iniciais do ensino fundamental) na rede estadual de ensino e de cargos vagos para essa função, apresentando o número total e a divisão entre as superintendências regionais de ensino e municípios que as compõem;

nº 2.996/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada reforma da cantina da Escola Estadual Luiz Viana, em Divinópolis, e também troca do piso do refeitório da referida instituição de ensino;

nº 3.000/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações quanto à dificuldade de agendamento de consultas médicas através do Ipsemg, nas quais se esclareça como se dá o processo de disponibilização de vagas para agendamento de consultas e exames médicos e quantas vagas são ofertadas mensalmente, dados que devem ser enviados de forma desagregada, considerando-se regional de saúde e município;

nº 3.001/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os repasses das informações relativas à contribuição previdenciária dos servidores, que não têm sido enviadas, embora esteja havendo o desconto previdenciário, o que tem impedido os servidores de acessar benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, como afastamento e aposentadoria;

nº 3.030/2023, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam disponibilizados aparelhos de climatização em todas as escolas da rede estadual de ensino com o objetivo de oferecer conforto térmico aos estudantes dentro das salas de aula;

nº 3.031/2023, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam feitos mais investimentos nos programas Patrulha Escolar e Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd;

nº 3.033/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os Projetos de Lei nºs 4.100/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, e 3.903/2022 do deputado Zé Guilherme, que tratam da repartição do percentual do ICMS Educacional pertencente aos municípios, instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à unidade da Fundação Educacional Caio Martins, no Município de Juvenília, realizada em 2/6/2023. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir as Sras. Daniela Gonçalves Joaquim, Diliana Márcia de Barros Lisboa e Carla Moreira dos Santos, professoras; e Marilda de Abreu Araujo e Idalina Franco, professoras aposentadas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/7/2023

Às 10h6min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Betão (substituindo o deputado Luscas Lasmar, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dr. Maurício. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância do diagnóstico e tratamento do linfedema. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ministério da Saúde, publicado no *Diário do Legislativo* em 16/6/2023. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 135/2023 (Doutor Paulo), 371/2023 (Doutor Wilson Batista) e 250, 339 e 429/2023 (Lud Falcão), todos em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.167/2021 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Arlen Santiago em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Lucas Lasmar. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.736, 2.742, 2.762, 2.766, 2.767, 2.768, 2.769, 2.770, 2.771, 2.772 e 2.800/2023. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.831/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192 – nos municípios do Vetor Norte, haja vista que o processo de implantação vem se arrastando há anos e a falta do serviço tem afetado diretamente a vida da população do Vetor Norte;

nº 2.835/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater o aumento exponencial de casos de febre maculosa no Brasil e as necessárias medidas a serem implementadas com vistas à prevenção da doença, considerando o fato de que um dos principais hospedeiros da bactéria que a causa, o carrapato-estrela, parasita rebanhos equinos e de espécies mamíferas silvestres como, por exemplo, a capivara;

nº 2.864/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de acordo entre os municípios do Noroeste e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride-DF –, no âmbito da saúde, nas pactuações de média e alta complexidade;

nº 2.868/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada reunião para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado no Requerimento em Comissão nº 2.560/2023, com a finalidade de homenagear os 77 anos de fundação da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG;

nº 2.869/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater a carreira dos servidores estaduais de saúde e sua valorização;

nº 2.876/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual do Hospital Risoleta Tolentino Neves, abordando as maiores dificuldades, com indicação de possíveis soluções, se for o caso;

nº 2.917/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada reunião da comissão para entrega do diploma referente aos votos de congratulação formulados com a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte por seus 124 anos de existência;

nº 2.918/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada reunião da comissão para entrega do diploma referente aos votos de congratulações formulados com o Hospital João XXIII, pelo meio século de história, excelência e inovação;

nº 2.919/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário de leitos neonatais na Macrorregião Oeste;

nº 2.920/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual dos hospitais habilitados em cardiologia do Estado;

nº 2.921/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual dos hospitais habilitados em Ortopedia do Estado;

nº 2.922/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual do Hospital da Baleia;

nº 2.924/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual dos hospitais habilitados em oncologia no Estado;

nº 2.925/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cenário atual dos hospitais habilitados em Neurologia no Estado;

nº 2.930/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada visita à Casa de Saúde e demais prédios da Colônia Santa Izabel sob responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, no Município de Betim, para verificar *in loco* os serviços oferecidos à população;

nº 2.939/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para promover a exclusão, no Termo de Doação nº 115, Processo SEI nº 1320.01.0000707/2017-30, utilizado por essa secretaria, da seguinte disposição: "Utilizar os bens doados exclusivamente para fins de interesse público a que se refere a presente doação, não podendo ser utilizados para atendimento a serviços privados ou conveniado contratado";

nº 2.964/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde planilha que demonstra o déficit por protocolo realizado em pacientes quimioterápicos do SUS, referente ao mês de maio de 2023, e a necessidade de reajustes ou compensações;

nº 2.975/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre

as condições de salubridade dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário e dos 300 banheiros químicos instalados na comunidade de Alfredo Graça, em Araçuaí, que, segundo relatos, têm sido vetor de doenças de veiculação hídrica;

nº 2.976/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Araçuaí pedido de informações sobre as condições de salubridade dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário e dos 300 banheiros químicos instalados na comunidade de Alfredo Graça, em Araçuaí, que, segundo relatos, têm sido vetor de doenças de veiculação hídrica;

nº 2.985/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se apure se houve contaminação no Rio Doce, em níveis acima dos permitidos, pelo produto Tanfloc SG, especialmente nos Municípios de Galileia, Alpercata, Governador Valadares, Belo Oriente, Pedra Corrida, Itueta e Aimorés;

nº 3.022/2023, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja reconsiderada, juntamente com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems –, em caráter de urgência, a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.149, de 19 de abril de 2023, que determinou o remanejamento de cotas da Oncologia da Programação Pactuada Integrada – PPI – da Microrregião de Viçosa, após habilitação de serviços no Município de Ponte Nova, tendo em vista a insatisfação de todos os municípios dessa microrregião, que desejam permanecer com sua pactuação em Oncologia no prestador Hospital do Câncer de Muriaé, da Fundação Cristiano Varella;

nº 3.027/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fluxo do Tratamento Fora do Domicílio – TFD – de Belo Horizonte;

nº 3.037/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a 7ª Campanha Nacional de Prevenção do Câncer de Cabeça e Pescoço;

nº 3.038/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja disponibilizado um relatório total das mamografias 4 e 5 aos hospitais oncológicos para proceder à Core Biopsy no máximo 15 dias depois do lançamento nessa plataforma, na região de alcance das Unacons.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eneida de Melo Couto, médica especialista em Angiologia, Cirurgia Vascular e Linfologia; Anke Bergman, fisioterapeuta oncológica e pesquisadora do Instituto Nacional do Câncer; Camila Porto Carvalho Gonçalves, fisioterapeuta oncológica do Hospital Oncovida, em Montes Claros; Fernanda Nunes Silva, diretora da Associação Brasileira de Pessoas com Linfedema e Familiares – Abralinfe; Roberta Vieira, médica-cirurgiã vascular; e os Srs. Anderson Gariglio Rocha, vice-presidente da Associação Brasileira de Flebologia e Linfologia e doutor em Cirurgia Experimental e Microcirurgia pela Universidade de Gênova – Itália; Fernando de Assis Figueiredo Júnior, angiologista e cirurgião vascular; e Anderson Luís Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região. A presidência concede a palavra ao deputado Betão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos deputados Noraldino Júnior e Eduardo Azevedo. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.090/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para realização de campanhas de esclarecimento da população sobre a importância do diagnóstico precoce e do tratamento do linfedema;

nº 3.091/2023, dos deputados Betão, Arlen Santiago e Lucas Lasmar, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam organizadas palestras virtuais para os secretários municipais de saúde sobre o

diagnóstico precoce e tratamento do linfedema, nas reuniões das comissões intergestores regionais, que ocorrem mensalmente nas superintendências e gerências regionais de saúde do Estado;

nº 3.092/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que sejam incorporadas as malhas elásticas de compressão no tratamento de pacientes com linfedema de membros inferiores e superiores no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 3.093/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja disponibilizado curso de capacitação para profissionais de saúde, em especial os que atendem na atenção primária e secundária à saúde, para diagnóstico e tratamento do linfedema;

nº 3.094/2023, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para regulamentação da Lei nº 23.532, de 2020, que dá nova redação ao *caput* do art. 3º da Lei nº 16.279, de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado;

nº 3.095/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes com diagnóstico de linfedema no Estado, detalhado por macrorregião e microrregião de saúde e por município, bem como sobre quais são os prestadores de serviços de atenção vascular no SUS-MG que atendem pacientes com linfedema, conforme produção lançada no TAB-WIN.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2023.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Wilson Batista – Lud Falcão.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/7/2023

Às 14h5min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da regulamentação do exercício da profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados, bacharel, técnico e tecnólogo. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Yacy-Ara Froner, professora titular do curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Gabriela Lopes de Moura Ragel, diretora da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação de Arte de Ouro Preto, representando o secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais; Luciana Bonadio, professora assistente do Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFMG; Mariana Souza Barros Onofri, conservadora-restauradora e mestranda em Artes do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG; Lupehuara da Conceição Gomes de Zevallos, discente do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG e advogada; e Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho, professora aposentada da UFMG do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira – Ceib; e os Srs. Alex Fernandes Bohrer, professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG –, fundador e coordenador do Núcleo de Estudos da Arte Luso Mineira – Nealumi – e membro do Conselho Municipal de Patrimônio de Ouro Preto – Compatri; e Luiz Antônio Cruz Souza, professor titular do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFMG, coordenador do Laboratório de Ciência da Conservação – Lacicor – e vice-diretor do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais – Cecor. A presidenta, autora do

requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2023.

Betão, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 9h41min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: um ofício da Polícia Militar de Minas Gerais (29/6/2023), dois ofícios da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (29/6/2023) e um ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (29/6/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.562, 2.640 e 2.641/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.163/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para que o Centro de Atendimento Psicossocial da Polícia Civil e o Hospital da Polícia Civil apresentem à comissão os trabalhos desenvolvidos em prol da saúde mental dos servidores da instituição, para a qual sejam convidados todos os sindicatos e associações das diversas carreiras que compõem a Polícia Civil, bem como o diretor responsável pelo citado hospital;

nº 3.164/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na cópia do Ofício nº 707, da Corregedoria de Polícia Civil, que tramitou na instituição e relaciona-se à investigadora de polícia Jaqueline Evangelista Rodrigues, ressaltando-se que esse requerimento constitui desdobramento da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 7/7/2023, que teve por finalidade debater o gravíssimo caso de autoextermínio da escrivã da Polícia Civil Rafaela Drumond;

nº 3.165/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para tornar sem efeito o ato administrativo que transferiu para o Município de Carandaí o delegado de polícia e o inspetor de polícia suspeitos de terem praticado assédio moral e sexual em face da escrivã de polícia Rafaela Drummond, bem como sejam os citados servidores afastados preliminarmente, mediante despacho devidamente fundamentado, de suas atividades até a finalização das investigações acerca do autoextermínio da referida escrivã, com base no inciso X do art. 33 da Lei Complementar nº 129/2013;

nº 3.166/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, considerando-se que 4 dos 8 itens do Requerimento 2.351/2023, no tópico específico denominado "logística e infraestrutura", não foram apresentados no dia 10/7/2023, durante 19ª Reunião Extraordinária da comissão, que realizou audiência pública que teve como finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais no período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023, seja enviado à

comissão, com a maior brevidade possível, os seguintes dados: número de unidades em sede própria e em sede alugada, cedida ou custeada por município, especificando-se as condições estruturais em que se encontram; número de convênios firmados entre município e a PMMG, especificando-se quantos e quais para custeio de despesas como aluguel, material de escritório, material de limpeza, combustível, entre outras finalidades; número de equipamentos de acesso à internet, especificando-se o número de computadores por unidade, as unidades que os possuem e as que não os possuem, o modelo e o ano de fabricação; empenho de orçamento exclusivo do Estado de recursos de custeio e de investimento destinados à PMMG, excetuando-se os recursos de emendas parlamentares, convênios, recursos federais e provenientes do acordo da Vale S.A.; e quantitativo de servidores de recrutamento amplo que integram a instituição;

nº 3.186/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para convocação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos da carreira de Assistente Executivo de Defesa Social – Auxiliar Educacional, regido pelo Edital Sejusp nº 1/2021, caso confirmada a existência de vagas ainda não preenchidas;

nº 3.187/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de assédio moral e perseguição no âmbito do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, bem como o adoecimento dos servidores com a ausência de apuração ou solução de tais fatos, o que se agrava com a falta de investimento, infraestrutura e logística essenciais ao exercício da função;

nº 3.188/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de assédio moral e perseguição no âmbito da Polícia Penal de Minas Gerais, bem como o adoecimento dos servidores com a ausência de apuração ou solução de tais fatos, o que se agrava com a sobrecarga de trabalho, com a falta de efetivo e de investimento, infraestrutura e logística essenciais ao exercício da função.

nº 3.189/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de assédio moral e perseguição no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, bem como o adoecimento da tropa com a ausência de apuração ou solução de tais fatos, o que se agrava com a sobrecarga de trabalho e com a falta de efetivo, de investimento, infraestrutura e logística essenciais ao exercício da função.

nº 3.190/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam convocados para o Curso de Formação Técnico-Profissional os 1.044 excedentes do concurso para a Polícia Penal ainda não convocados, em face da necessidade ocasionada pelo baixo efetivo.

A presidência recebe, para posterior apreciação, o Requerimento nº 3.133/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer que seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja considerada a participação dos representantes indicados pelo Sindasep-MG dos servidores das carreiras técnicas e especialistas administrativas nas discussões do Grupo de Trabalho da Lei Orgânica da Polícia Penal, tomando-se por base a retificação da Resolução Conjunta Sejusp/Seplag nº 14/2023.

A reunião é suspensa por prazo indeterminado e, após o decurso de quatro horas, deixa de ser reaberta.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Gustavo Santana.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 9h45min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Noraldino Júnior e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 3.138/2023, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 387/2023, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, e dá outras providências (voto contrário da deputada Bella Gonçalves). Durante o encaminhamento de votação, foi proferida questão de ordem da deputada Bella Gonçalves em que contestou o recebimento do requerimento e, ato contínuo, foi esclarecida pelo presidente e indeferida.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2023.

Tito Torres, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 10h6min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o risco de despejo forçado de comunidades populares em Minas Gerais, assim como as ações da Campanha Despejo Zero no Estado, no âmbito das regras de transição estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF – na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828. A presidência suspende a reunião. São reabertos os trabalhos sob a presidência da deputada Andréia de Jesus e com a presença da deputada Bella Gonçalves. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.789/2022, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Bella Gonçalves. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença, remotamente, dos seguintes convidados: Sras. Daniela Ferreira dos Reis, servidora da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Lorhany Ramos de Almeida, superintendente da Secretária de Patrimônio da União em Minas Gerais, e o Sr. Marivaldo de Castro Pereira, secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e, presencialmente das Sras. Bianca Pataro Dutra, assessora da Secretaria Executiva de Estado de Casa Civil, representando o secretário-chefe; Ariane Gontijo Lopes, diretora de Políticas de Promoção e Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Marina Nobel Pinheiro Maia, integrante do Movimento Organização de Base, e Vanessa Portugal Barbosa, dirigente da CSP – Conlutas; e do Sr. Marcelo Guimarães Rodrigues, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, representando o presidente; e dos Srs. Eronides Pereira de Oliveira Neto, coordenador-geral da Diretoria de Articulação de Políticas Públicas da Secretaria da Presidência da República, representando a diretora nacional; Frei Gilvander Luis Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Jairo dos Santos Pereira, militante do Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST; Manoel Inácio Moreira Vieira, coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas; e Luiz Fernando Vasconcelos, advogado das Brigadas Populares. A presidência concede a palavra à deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a saída da deputada Andréia de Jesus e a presença do deputado Leleco Pimentel. A presidência acusa o recebimento do seguinte documento: carta da Sra. Lílian, moradora da Ocupação Vila da Conquista, em que denuncia a iminência de despejo das famílias da referida ocupação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta – Betão – Bella Gonçalves.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 639/2023

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Campos, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores da Santa Rita, com sede no Município de Varzelândia, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 639/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores da Santa Rita, com sede no Município de Varzelândia.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar serviços para pessoas de baixa renda ou beneficiárias de programas sociais do governo; e desenvolver ações com foco na agricultura familiar, inclusive com apoio à regularização de trabalhadores rurais, como forma de buscar benefícios para seus associados.

Tendo em vista propósitos da associação em prol da comunidade rural de Varzelândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 639/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2023.

Marli Ribeiro, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 642/2023

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Campos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Campo Redondo, com sede no Município de Varzelândia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Campo Redondo, com sede no Município de Varzelândia.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou o Substitutivo nº 1, com vistas a adequar a redação do art. 1º da proposição ao nome da entidade constante no seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, estimular a mútua colaboração entre seus integrantes, visando a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias; difundir técnicas relacionadas à produção, ao cultivo e ao manejo rurais; adquirir máquinas, implementos agrícolas e sementes para uso de seus associados.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos produtores rurais de Varzelândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 642/2023, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2023.

Coronel Henrique, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local Visitado: Chacreamento Fateiro, em Sabará

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 228/2023, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 19/5/2023, o Chacreamento Fateiro, em Sabará, para verificar as condições de infraestrutura, saneamento básico, acesso à saúde e da creche da comunidade, bem como os impactos na vida das mulheres causados pela falta desse conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Participou da visita a deputada Ana Paula Siqueira, acompanhada de Ricardo Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro; Dadalzino Pereira dos Santos, vice-presidente da Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro; Terezinha Berenice de Sousa Van Straleng, presidenta do Partido dos Trabalhadores de Sabará; Reginaldo Ferreira, administrador regional da Prefeitura de Sabará; Mirian Alves e Sueli Lisboa, assessoras parlamentares da deputada Macaé Evaristo; e Mariana Marina da Silva, porta-voz da Rede Sustentabilidade de Sabará.

Relato

Por ocasião da visita, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher conheceu a situação do Chacreamento Fateiro, localizado no Distrito de Ravena, no Município de Sabará. O chacreamento é ocupado por cerca de 400 famílias, distribuídas em um terreno de aproximadamente 80 hectares, que possui uma única matrícula de imóvel, ou seja, as residências existentes não são individualizadas no Cartório de Registro de Imóveis e integram um único registro de uma propriedade particular.

A visita da comissão começou às margens da Rodovia BR-381, na entrada do chacreamento. Para chegar até ele, é necessário passar por um local utilizado para descarte de lixo. Não há placas de sinalização informando a entrada do chacreamento, razão pela qual se utiliza corriqueiramente a expressão “bairro atrás do lixão” como ponto de referência para acesso à comunidade.

Chegando ao chacreamento, a comissão constatou que não há calçamento em nenhuma das ruas, nem rede da Copasa para fornecimento de água e coleta de esgoto. Quanto à energia elétrica, verificou-se a existência de fiação e transformador da Cemig. Bem próximo à entrada, há uma nascente cuja água, pela proximidade do local de descarte de lixo, encontra-se poluída e imprópria para consumo.

Após, a comissão seguiu pela via principal do chacreamento, chamada Alameda Circular. No entroncamento da Alameda Circular com a Rua Braúnas, chamou a atenção o fato de que os próprios moradores construíram uma canaleta para escoamento da água da chuva. Segundo eles, o fato de as residências não possuírem documentação individualizada e, consequentemente, não se recolherem os impostos municipais, faz com que a prefeitura negue serviços básicos para as pessoas que ali residem, a exemplo da canaleta para escoamento pluvial da Rua Braúnas.

Mais adiante, na Alameda Circular, a comissão deparou-se com o poço artesiano que fornece água a todos os moradores da comunidade. Segundo eles, a bomba que retira a água do solo não possui a potência adequada, o que resulta na incapacidade de atender a toda a comunidade e em constantes danos ao equipamento. Consequentemente, torna-se necessário realizar manutenções frequentes. Observou-se também que em uma construção vizinha à bomba foi realizada uma expansão irregular, o que compromete parcialmente o acesso para a manutenção do equipamento.

Nesse momento, os moradores denunciaram que a rede elétrica deixa de funcionar em caso de ventanias ou chuvas moderadas na região. Segundo informações, isso ocorre devido ao fato de o transformador instalado no local não possuir a potência adequada para suprir a demanda elétrica da comunidade. Os moradores relataram que nesses episódios em que a rede elétrica não funciona, a Cemig leva de três a cinco dias para atender às solicitações de reparo, resultando em vários dias sem energia. Além de interromper o funcionamento da bomba, o que impede o acesso à água, a falta de energia já causou até mesmo a deterioração de alimentos e seu consequente descarte.

Adiante, ainda na Alameda Circular, a comissão se deparou com uma travessia sobre um córrego que se encontra severamente danificada. As manilhas que conduzem a água por baixo da travessia foram deslocadas durante fortes chuvas que ocorreram na região em dezembro de 2021. Desde então, a situação tornou-se perigosa, pois, a cada período de chuvas, a erosão se intensifica devido ao escoamento inadequado da água.

Após percorrer mais alguns trechos da Alameda Circular, a comissão se reuniu em uma das residências da comunidade, que pertence a Dadalzino Pereira dos Santos, vice-presidente da Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro. Nesse momento, foram feitas considerações por convidados e moradores.

Ricardo Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores, disse que o grande lixão que se forma na entrada do chacreamento acaba degradando o meio ambiente, a começar por se localizar bem ao lado de uma das nascentes da região. Segundo ele, na região do chacreamento já foram catalogadas 25 espécies de mamíferos, 100 espécies de aves e ao menos duas nascentes d'água. Como não há auxílio por parte da Prefeitura de Sabará, os próprios moradores têm que se unir para contornar os problemas, a exemplo do que ocorreu na Rua Braúnas, que antes da intervenção dos residentes estava intransitável.

Reginaldo Ferreira, administrador regional da Prefeitura de Sabará, ressaltou que o Distrito de Ravena tem enfrentado problemas relacionados a chacreamentos irregulares, que requerem altos investimentos para regularização. Apelou aos moradores para que depositem o lixo nos dias corretos, ou seja, às terças e sextas-feiras. Além disso, comprometeu-se a instalar dez lixeiras ao longo da Alameda Circular, visando ao adequado armazenamento do lixo e buscando eliminar o lixão na entrada da comunidade. Destacou que essas lixeiras serão posicionadas em locais estratégicos do chacreamento, considerando também as dificuldades enfrentadas pelo caminhão de coleta de lixo ao recolher os resíduos da região. Por fim, afirmou que a entrada da comunidade será revitalizada, e há a possibilidade, desde que haja iluminação pública, de se implantar uma academia da cidade.

A moradora Margareth Geralda da Silva relatou que a água retirada do único poço do chacreamento já causou doenças em seus filhos devido à falta de tratamento adequado. Por sua vez, o morador Lauro Martins reforçou o que foi dito pelo presidente da Associação de Moradores: devido à irregularidade das residências e à falta de pagamento de impostos, a Prefeitura de Sabará não reconhece os direitos dos moradores. Segundo ele, ao buscar assistência nos órgãos da prefeitura, sempre alegam que, por se tratarem de propriedades irregulares, não têm autoridade para intervir, pois o local seria uma propriedade particular.

A deputada Ana Paula Siqueira ressaltou o apoio e a disponibilidade da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em atuar como mediadora entre os moradores do Chacreamento Fateiro e a Prefeitura Municipal de Sabará. Além disso, a deputada lamentou a ausência de representantes da Cemig e da Copasa, que, apesar de convidados, não compareceram à visita.

Conclusão

Ao final da visita, a deputada Ana Paula Siqueira afirmou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizará os devidos encaminhamentos para buscar uma solução para os problemas verificados e se colocou novamente à disposição para viabilizar uma mesa de diálogo entre os moradores do Chacreamento Fateiro e a Prefeitura de Sabará.

Como encaminhamentos da comissão, foram aprovados requerimentos com os seguintes pedidos de providências[1]:

– à Prefeitura Municipal de Sabará, para proceder à revitalização completa da entrada do Chacreamento Fateiro, haja vista que a entrada da comunidade é, atualmente, um lixão, bem como realizar a instalação de placa indicativa da entrada do local;

– à Prefeitura Municipal de Sabará, para instalar unidades de coleta de lixo nos entroncamentos existentes na Alameda Circular para atendimento dos residentes do Chacreamento Fateiro, bem como promover campanha de conscientização da população para realizar o descarte do lixo de forma correta;

– à Prefeitura Municipal de Sabará, para realizar a manutenção das manilhas do Córrego Antônio João, também conhecido como Córrego do Fateiro, que foram severamente danificadas pelas chuvas de dezembro de 2021 que atingiram o Chacreamento Fateiro;

– à Prefeitura Municipal de Sabará, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, para priorizar a regularização fundiária do Chacreamento Fateiro;

– à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, para implementar rede de água e esgoto no Chacreamento Fateiro;

– à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para realizar a substituição do transformador da rede elétrica do Chacreamento Fateiro;

– ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – para incluir mais horários nos coletivos que realizam o transporte público na região do Chacreamento Fateiro;

– ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT –, para construir uma passarela de pedestres sobre a Rodovia BR-381 na região do Distrito de Ravena, para atender aos moradores do Chacreamento Fateiro.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2023.

Ana Paula Siqueira, relatora.

[1]Requerimentos de Comissão nºs 2.158 a 2.165/2023, aprovados na 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 26/5/2023.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 12/7/2023, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.838/2023, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, solicitando o encaminhamento das notas taquigráficas da audiência da Comissão de Segurança Pública realizada em 7/7/2023. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais, solicitando o encaminhamento das notas taquigráficas das audiências públicas da Comissão de Segurança Pública realizadas nos dias 25/5/2022 e 25/4/2023. (– À Mesa da Assembleia.)

Da Câmara Municipal de Timóteo, solicitando realização de audiência pública no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet –, Câmpus Timóteo, a fim de debater com as comunidades discente e docente a situação dessa instituição de ensino no que se refere à ampliação do ensino federal no Vale do Aço. (– À Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.)

Da Câmara Municipal de Timóteo, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 3.614/2022, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Timóteo o imóvel que especifica, bem como a manutenção de sua autoria original. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Câmara Municipal de Rio Piracicaba, manifestando repúdio à proposta de privatização da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.202/2019.)

Do secretário de Estado de Fazenda, justificando seu não comparecimento à audiência pública da Comissão de Participação Popular realizada em 7 de julho de 2023, com a finalidade de debater a reestruturação das carreiras dos servidores do meio ambiente, e indicando o superintendente da Central de Administração Financeira para representar essa secretaria na referida reunião. (– À Comissão de Participação Popular.)

Da Sociedade Mineira de Nefrologia, encaminhando expediente em que fornece informações sobre os centros de alta complexidade renal de Minas Gerais, com documentos e fatos que demonstram a grave situação da terapia renal substitutiva no Estado, e em que solicita reunião emergencial com o secretário de Estado de Saúde para tratar dessa situação. (– À Comissão de Saúde.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, solicitando a indicação de representantes desta Casa para participar da reunião, em 13/7/2023, na qual será feita a apresentação do calendário de jogos e eventos no Mineirão do ano de 2023 e das ações

realizadas pela concessionária do referido estádio para a manutenção das condições do gramado. (– Às Comissões de Administração Pública e de Esporte, Lazer e Juventude e à Mesa da Assembleia.)

Do Ministério do Turismo, solicitando indicação de representante desta Casa para compor o Fórum Nacional dos Presidentes de Comissões de Turismo das Assembleias Legislativas Estaduais e Distrital – Fnacotur. (– À Mesa da Assembleia e à Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

E-MAIL

Do jornal *Gazeta Montense*, solicitando apoio financeiro para essa publicação. (– À Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.)

CARTÃO

Da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, agradecendo convite para o lançamento do programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Catadores para Reciclagem Popular e justificando a impossibilidade de comparecimento ao evento.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Município de Cristina pela inauguração do Parque Ecológico e Turístico Estrada do Anil, nesse município (Requerimento nº 1.922/2023, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Sra. Maria do Carmo Gomes, diretora da Escola Municipal Santos Dumont, pelos 26 anos de dedicação e de compromisso com a educação pública de qualidade, no desempenho de suas atribuições no referido estabelecimento de ensino (Requerimento nº 2.027/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com a Sra. Renata de Araújo Farah Rodrigues, vice-diretora da Escola Municipal Santos Dumont, por sua dedicação e seu compromisso com a excelência da educação na referida escola (Requerimento nº 2.033/2023, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com o chefe do 19º Departamento de Polícia Civil, Fernando Dias da Silva, a delegada regional de Pedro Leopoldo, Priscila Pereira Santos, o delegado de polícia Cláudio de Freitas Neto, o subinspetor Roberval Pereira Diniz, os investigadores Aline Moura Assis, Sheyva Elisabeth Duarte, Fabricio Gasparini Barbosa Benicio de Abreu, Gercelio Guimarães Dias, Gilbert Santos Trindade, Hamilton Pereira de Oliveira e Luciano Dias Ferreira, as escrivãs Adrielle Melissa Aires Monteiro e Melissa Honório Batista Rocha e a técnica assistente Élida Cristina Gomes Ferreira Yamassaka pelo brilhante trabalho de investigação que resultou na Operação Aequare, realizada em 25/5/2023, que teve como objetivo desarticular uma organização criminosa com forte atuação no tráfico de drogas em Belo Horizonte, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Vespasiano e que contou com apoio da aeronave da Polícia Civil, canil, 130 policiais civis, 44 viaturas, resultando na prisão de 21 adultos, sendo 13 homens e 8 mulheres, na apreensão de um adolescente e, aproximadamente, 7kg de cocaína, R$9.445,00 em dinheiro, diversos aparelhos celulares e 13 veículos utilizados pela organização criminosa (Requerimento nº 2.071/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com o Câmpus Muzambinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Ifsuldeminas – pelos 70 anos de sua fundação, a serem comemorados em 22 de novembro de 2023, marco de um trabalho exemplar na formação de mineiros para o mercado e para a vida (Requerimento nº 2.266/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com toda a equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Lavras, na pessoa da delegada Ana Paula Santa de Rezende Arruda, pela prisão de três homens por *stalking*, ameaça e agressão a mulheres, na operação Maria da Penha realizada em 2/6/2023, em que os suspeitos, de 31, 36 e 38 anos, foram presos por descumprirem medidas protetivas de urgência, decretadas judicialmente com base na Lei Maria da Penha, ressaltando-se que todos têm passagens criminais, sendo dois por tráfico de drogas e um deles por crime contra o patrimônio, e são acusados de agredir fisicamente, perseguir, ameaçar e violar os domicílios das vítimas, suas ex-companheiras (Requerimento nº 2.296/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com os delegados Cesar Augusto Monteiro Alves Junior, Humberto Junio Ferreira Cornelio e Marcus Vinicius Gontijo Monteiro; com os subinspetores Alexandre Magno dos Santos e Fábio de Freitas Oliveira; com os investigadores Fernando da Silva, Éder Martins de Souza, Elias Fernandes Barbosa, Felipe Napoli Afonso, Adilson Geraldo Carvalho, Ricardo Camilo Dutra Cavaca e Guilherme Alves Ferreira; com o escrivão Vinicius Meireles Quinet de Andrade e com o técnico assistente Danilo Nunes Guimarães pela Operação Boca de Lobo, realizada em 1º/6/2023 pela 5ª Delegacia de Polícia Civil de Contagem, com apoio da 2ª Delegacia de Polícia Civil de Contagem, que deu cumprimento a um mandado de prisão de investigado envolvido em crimes de tortura, corrupção de menor, roubo majorado e organização criminosa, com atuação em Nova Contagem, sendo cumpridos dois mandados de prisão temporária e um de busca e apreensão de adolescente, além de oito mandados de busca e apreensão em Esmeraldas e Contagem (Requerimento nº 2.297/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de pesar pelo falecimento de Antônio de Paula Silva, o querido Cabo Tonhão (Requerimento nº 2.461/2023, do deputado Celinho Sintrocel);

de pesar pelo falecimento de Robertinho Canhoto (Requerimento nº 2.462/2023, do deputado Celinho Sintrocel);

de congratulações com os Srs. Domiciano Ferreira Monteiro de Castro Neto e Leandro Matos Macedo, delegados, Renato Simões Nabak, Fernando Braulio Silva, Bruno Rodrigo Reis Pinto, Leonardo Mattioli, Wanderson Vargas Silva e Wagner Neves Garcia, investigadores, e Carrington Christian Vasconcellos, Talita Cristina Araújo de Almeida e Patrícia Rosa Loureiro, escrivães, pela brilhante operação Ghost Truck, realizada em 30/5/2023, que através da Divisão Especializada em Prevenção e Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores resultou em 30 mandados de busca e apreensão e em 5 mandados de prisão preventiva, nos Municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Montes Claros, Engenheiro Navarro e Joaquim Felício, com a utilização de 120 policiais e apoio aéreo nas diligências, e no sequestro, do grupo criminoso e com autorização da Justiça, de R$15 milhões em contas-correntes, aplicações financeiras e imóveis e na apreensão de 14 veículos e embarcações e inseridos impedimentos em outros 218 veículos envolvidos com as fraudes, sendo que os presos vão responder por estelionato, falsidade ideológica, organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsificação de documento público, falsificação de documento privado e uso de documento falso (Requerimento nº 2.474/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier);

de congratulações com o Sr. Alexssander Bouzada Lopes, investigador de polícia lotado na 4ª Delegacia Regional de Policia Civil de Muriaé, pelo seu ato de bravura durante suas férias em Guarapari (ES), quando arriscou a vida para salvar uma vítima de afogamento e sofreu escoriações no corpo e danos na arcada dentária, por não possuir treinamento para essa ação (Requerimento nº 2.476/2023, do deputado Grego da Fundação);

de congratulações com os policiais militares que atuaram no cumprimento de mandado de prisão temporária contra um jovem de 21 anos, investigado por matar a namorada em Salinas, no Norte de Minas, uma adolescente de 15 anos, que estava desaparecida desde o dia 22 de abril e cujo corpo foi encontrado enterrado em um matagal na zona rural de Rubelita, em 9/2/2022 (Requerimento nº 2.539/2023, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os seguintes policiais civis: delegada Roberta Fernandes Menezes Sodré, subinspetor André Gustavo de Lima Souza, investigadores Alan dos Santos, Edmar Souza da Cruz, Robson Edésio dos Santos, Leandro Rodrigues Machado dos Santos, Rodrigo Otávio Alves Benício, André Bahia Miranda, Gustavo de Souza Lousada, Valdeir Checon, Silvana Aparecida de Oliveira Compasso e escrivãs Leila Aparecida de Moura Oliveira e Bárbara Bacelete, pela apreensão de quase 4.000 barras de maconha, cerca de 3 toneladas de droga ilícita no Município de Ravena, em 5/1/2021, que seriam destinados à comercialização na região de Venda Nova, em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.644/2023, da Comissão de Segurança Pública).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.345/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 100, IX c/c art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a absurda demora de 2 anos e 8 meses para um paciente de Ituiutaba e Região receber uma cadeira de rodas/banho e de 3 anos para ser atendido com aparelho auditivo; sobre o limite de apenas 3 cadeiras e de 1 prótese de membro inferior ou superior por mês para atender 9 Municípios da Microrregião; e sobre os motivos de ainda não ter sido deliberado o aumento do teto financeiro com a pactuação regional diante da demanda.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2019.

Elismar Prado

REQUERIMENTO Nº 229/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "e", do Regimento Interno, seja encaminhado ao ministro de estado do Ministério da Educação pedido de informações sobre os fundamentos que embasaram a extinção da Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares, da Secretaria de Educação Básica do MEC, bem como se foi realizada alguma consulta à população ou algum estudo comparativo entre o desempenho dos alunos matriculados nestas instituições com os alunos das outras escolas públicas do país. E ainda, informações sobre qual será o futuro das Escolas Cívico Militares criadas através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, especialmente no Estado de Minas Gerais e como ficará o repasse das verbas referentes ao referido Programa.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2023.

Coronel Henrique (PL)

REQUERIMENTO Nº 1.506/2023*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento

Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências com vistas à realização de concurso público para contratação de servidores técnicos administrativos para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, Câmpus JK, no Município de Diamantina, tendo em vista que o último concurso realizado para esse cargo ocorreu em 2017 e há grande necessidade de efetivos para o bom funcionamento da instituição.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

* – Publicado na forma aprovada em 5/7/2023, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 1.671/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 11/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para a ampliação dos códigos de vagas nos institutos federais de educação – IFEs.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2023.

Betão, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PT).

REQUERIMENTO Nº 1.885/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Alê Portela aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 17/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Luzia pedido de informações sobre o não repasse e atrasos nos repasses dos recursos do Fundeb para as creches e instituições conveniadas, que deveriam ter recebido os recursos desde janeiro de 2023, além de esclarecer se os valores estão sendo repassados a esse município a tempo e modo e se existe algum valor devido que esteja impactando diretamente os repasses às creches e instituições conveniadas com a prefeitura para fins de recebimento dos recursos.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.011/2023*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará e à Câmara Municipal de Sabará pedido de providências com vistas a instalar unidades de coleta de lixo nos entroncamentos existentes na Alameda Circular, no Distrito de Ravena, para atendimento dos residentes do Chacreamento Fateiro, bem como promover campanha de conscientização da população para realizar o descarte do lixo de forma correta. Ressalte-se que este requerimento constitui desdobramento de visita realizada por esta comissão em 19/5/2023 que teve como finalidade a verificação das condições de infraestrutura, saneamento básico e de acesso à saúde, e da creche da comunidade do Chacreamento Fateiro, bem como os impactos causados na vida das mulheres pela falta desse conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

* – Publicado na forma aprovada em 5/7/2023, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 2.012/2023*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 23/05/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará e Câmara Municipal de Sabará pedido de providências para realizar a manutenção das manilhas do Córrego Antônio João, também conhecido como Córrego do Fateiro, que foram severamente danificadas pelas chuvas de dezembro de 2021 que atingiram o Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena. Ressalte-se que este requerimento constitui desdobramento de visita realizada por esta comissão em 19/5/2023 que teve como finalidade a verificação das condições de infraestrutura, saneamento básico e de acesso à saúde, e da creche da comunidade do Chacreamento Fateiro, bem como os impactos causados na vida das mulheres pela falta desse conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

* – Publicado na forma aprovada em 13/7/2023, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 2.013/2023*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 23/05/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará e Câmara Municipal de Sabará pedido de providências para proceder à revitalização completa da entrada do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, haja vista que a entrada da comunidade é, atualmente, um lixão, bem como realizar a instalação de placa indicativa da entrada do referido chacreamento. Ressalte-se que este requerimento constitui desdobramento de visita realizada por esta comissão em 19/5/2023 que teve como finalidade a verificação das condições de infraestrutura, saneamento básico e de acesso à saúde, e da creche da comunidade do Chacreamento Fateiro, bem como os impactos causados na vida das mulheres pela falta desse conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

* – Publicado na forma aprovada em 13/7/2023, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 2.025/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias para ampliação do número de contratações de assistentes sociais e psicólogos para atuação na rede estadual de ensino, de modo a cumprir o disposto na Lei nº 13935, de 11 de dezembro de 2019.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, vice-líder da Bancada Feminina e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 2.026/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – em Belo Horizonte pedido de providências para que apure o descumprimento pela Secretaria de Estado de Educação, da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 – que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica –, tendo em vista a informação de que a pasta conta com apenas 230 equipes multidisciplinares, formadas por um psicólogo e um assistente social, para atender a 3.300 escolas distribuídas nos 853 municípios mineiros.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, vice-líder da Bancada Feminina e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (REDE).

REQUERIMENTO Nº 2.040/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Leleco Pimentel e Professor Cleiton e da deputada Macaé Evaristo aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 25/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o efetivo cumprimento da Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/5/2023, que teve por finalidade debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: Em audiência pública desta Comissão de Participação Popular, realizada em 25/5/2023, que teve como finalidade debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea, foi relatada a necessidade de efetivar a inclusão do conteúdo programático relativo ao estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil nas disciplinas da educação básica nas escolas da rede estadual de ensino, conforme determinado pela Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

REQUERIMENTO Nº 2.063/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Viçosa pedido de providências para que seja cumprida a Lei Municipal nº 2.892, de 2021, pela empresa concessionária de serviço de transporte coletivo municipal de passageiros, visto que, apesar da lei em vigor garantir a concessão de desconto correspondente a 50% do valor da tarifa aos estudantes de ensino fundamental, médio e superior, atualmente, 15 mil alunos da Universidade Federal de Viçosa estão impedidos de utilizar o benefício instituído pela referida lei.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 2.096/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o edital Seplag/SEE nº 3/2023 seja retificado com a finalidade de incluir a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e critérios para contratação de cargos específicos de professores quilombolas.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Macaé Evaristo (PT)

REQUERIMENTO Nº 2.099/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a instalação de quebra-molas na Rodovia LMG-720, Km 3, nas proximidades da Churrascaria & Cervejaria Nabrasa, Fazenda Varjão, zona rural de São Sebastião do Maranhão.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Leonídio Bouças (PSDB)

Justificação: A reivindicação objeto do presente requerimento parte de lideranças e da comunidade rural de São Sebastião, mais precisamente da comunidade de Fazenda Varjão, zona rural de São Sebastião do Maranhão. Nas proximidades da Churrascaria & Cervejaria Nabrasa, a movimentação de veículos é intensa, sobretudo no horário de almoço e também finais de semana. A exposição dos frequentadores do local aos perigos da rodovia traz preocupação, sobretudo pela velocidade dos veículos que por ali trafegam. A instalação de quebra-molas no local trará, com certeza, maior segurança a usuários da via, tanto veículos quanto pedestres.

Pelas razões expostas, contamos com o parecer favorável dos nobres pares à aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.112/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja enviado à MRS Logística S.A. pedido de providências com vistas a agilizar as ações e a construção de planos e projetos referentes à malha ferroviária do Município de Sarzedo, conforme solicitação do prefeito do município.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.114/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Bruno Engler, Carlos Henrique, Macaé Evaristo e Mauro Tramonte aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, que seja enviada a MRS Logística S.A. pedido de providências para antecipação imediata do início das obras de transposição e alargamento da Av. Tereza Cristina – Ramal Barreiro –, em Belo Horizonte, com previsão de início em 2027.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.115/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Alê Portela aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de São Pedro dos Ferros pedido de informações sobre a atual situação do transporte público oferecido aos alunos no município, bem como sobre as condições dos veículos e seu tempo de uso, bem como sobre os servidores que os conduzem, principalmente sobre a pontualidade e condições com que vêm prestando o serviço.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.130/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Lucas Lasmar aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/5/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Arteris S.A., em São Paulo-SP, e ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações consubstanciadas em documento que contenha os valores do Imposto Sobre Serviços – ISS – pagos mês a mês, de forma detalhada, referente aos pedágios recolhidos para os municípios que margeiam a BR-381 e outros municípios que tenham direito ao imposto citado; os valores do ISS referentes aos serviços de manutenção da pista pagos aos municípios de forma detalhada, mês a mês; os valores do ISS cobrado por município; o valor bruto recolhido em todas as praças de pedágio existentes na BR-381, de forma detalhada e mensalmente, nos últimos cinco anos, por modalidade de veículos; e os critérios de cálculo do valor pago mensalmente para cada município referente ao ISS decorrente da arrecadação dos pedágios; em cópia de todos os contratos firmados com as empresas terceirizadas e executados nos últimos cinco anos; e em cópia do contrato de concessão vigente com o governo federal, bem como seja informado se todas as obrigações, obras e serviços obrigatórios pactuados foram cumpridos; se há pendências e previsão de seu cumprimento; se foram respeitados os parâmetros de qualidade na execução de obras e serviços não obrigatórios relativos à recuperação, conservação e operação da via, justificando e demonstrando os parâmetros; se há obra ou serviço obrigatório que foi alterado por decisão da ANTT, justificando e especificando a alteração e sua previsão de cumprimento. (Emendado pelo autor).

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/5/2023, que teve por finalidade debater e, se for o caso, aperfeiçoar o arcabouço legal relacionado ao conceito de cidades inteligentes e as tecnologias a ela relacionadas; e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1° ciclo 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela Comissão no Tema em Foco.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.166/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Macaé Evaristo aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para assegurar, nas escolas da rede pública estadual, a presença de psicólogos e assistentes sociais capacitados para a realização de ações voltadas ao desenvolvimento socioemocional e de comunicação não violenta junto à comunidade escolar.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 8ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/5/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.180/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento das deputadas Lohanna e Ana Paula Siqueira e dos deputados Doutor Jean Freire, Ricardo Campos e Leleco Pimentel aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para seja realizado estudo acerca do número de casos de evasão escolar em decorrência da maternidade nas universidades estaduais.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.185/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Ricardo Campos aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-superintendente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em Curvelo pedido de informações sobre o Contrato de Concessão nº 4/2018, firmado em 19/6/2018, e sobre as obras de duplicação do trecho entre Curvelo e Montes Claros, especificando o cumprimento dos cronogramas e as etapas atuais e futuras das obras, o cumprimento das metas e objetivos do contrato, os recursos financeiros arrecadados com a cobrança dos pedágios e os recursos financeiros transferidos ao Estado e ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans –, nos termos do item 36.2.1, bem como o saldo atual existente em conta bancária.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.191/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a reforma da Escola Estadual Paulo Neto Alkimin, situada no Município de Brumadinho, junto à comunidade indígena Xucuru Kariri Arapowã Kakya.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/5/2023, que teve por finalidade debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.199/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Leleco Pimentel aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhada ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, ao Ministério de Infraestrutura e Transportes e ao ministro dos Transportes pedido de informações acerca de gestão da BR-356 no trecho entre o entroncamento do Residencial Alphaville, em Nova Lima, e a cidade de Mariana, tendo em vista a inclusão do referido trecho no Plano de Concessão/Privatização do lote 7 – Ouro Preto, conforme informações do site da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/5/2023, que teve por finalidade debater as novas propostas de privatizações das rodovias mineiras, em especial o trecho da MG-356.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.205/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas a implementar cursos de formação continuada para professores de educação indígena que considerem os usos da língua e pedagogias próprias dos povos indígenas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2023, que teve por finalidade debater a participação dos povos indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas políticas públicas de efetivação de seus direitos.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.246/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para concluir as obras na rodovia MG-129, entre os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 2023.

Leleco Pimentel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.265/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam feitas, urgentemente, reformas e recuperação estrutural na Escola Estadual Professor Pinheiro Campos no município de Oliveira Minas Gerais, tendo em vista a deterioração do prédio, incluindo o risco de desabamento de parte da edificação conforme consta no Boletim de Ocorrência feito pelo Corpo de Bombeiros Militar nº 2023.025621470-001, em anexo.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

Justificação: O prédio que abriga a Escola Estadual Professor Pinheiro Campos é centenário, data de 1880, passando pela última reforma no ano de 2012.

No dia 31 de maio de 2023, atendendo solicitação da diretoria do referido educandário, o Corpo de Bombeiros Militar realizou vistoria de risco de desabamento, por sérios problemas estruturais.

Nessa vistoria, entre outros problemas, foram constatadas trincas, fissuras em diversos locais e, sobretudo em parte da edificação, com área de aproximadamente 1.000 m² (mil metros quadrados), foi considerado como grau de probabilidade de risco médio-R2, de acordo com o quadro 5-graus da categorização do risco geológico, previsto na instrução técnica operacional do CBMMG nº 33, 1º edição de 2022.

Portanto, é urgente que a Secretaria de Estado de Educação tome medidas para reforma da Escola Estadual Professor Pinheiro Campos, antes que parte da edificação desabe.

REQUERIMENTO Nº 2.276/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que realize a publicação das aposentadorias dos servidores da educação afastados no período entre 2017/2018.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2023.

Macaé Evaristo (PT)

REQUERIMENTO Nº 2.279/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil em Belo Horizonte pedido de providências para que a Delegada-Geral, Letícia Gamboge Reis, verifique – mediante

estudo de viabilidade sucedido de execução – a possibilidade de implantação de uma Delegacia de Polícia dotada do quadro integral de servidores em sua estrutura (Delegado, Inspetor, Escrivão e Investigador) na cidade de Santana do Riacho (MG).

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2023.

Delegado Christiano Xavier, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública (PSD).

Justificação: O município de Santana do Riacho envolve a região do Parque Estadual da Serra do Cipó, um importantíssimo complexo turístico mineiro que atrai um fluxo de visitantes constante.

A região é permeada por diversos hotéis, pousadas, restaurantes, comércio para além de atrações turísticas naturais e uma gama de serviços a elas inerente. Há significativo número de residentes e hóspedes viajantes o que se intensifica sobremaneira em temporadas de férias, feriados e finais de semana.

Apesar da atratividade e alta frequência de turistas, para além da própria necessidade da população moradora dali, até o momento não há na cidade uma delegacia de polícia. Situação que se afigura temerária e inadequada, sobretudo se considerada a distância da única delegacia de Jaboticatubas-MG que é a mais próxima da região. São 53,6 quilômetros de distância pela LMG-816 e MG-010 que se percorre num intervalo de 52 minutos (no mínimo) até Santana do Riacho.

Não é razoável acomodar a ideia de que uma região tão frequentada, populosa e com demanda crescente de turismo permaneça desprovida de uma delegacia própria e com tão distante assistência das forças de segurança.

Não se trata de mera percepção deste parlamentar sem respaldo fático. Lamentavelmente, a realidade tem demonstrado uma patente necessidade de implantação da delegacia ora pleiteada porquanto os índices de criminalidade na localidade indicam a incidência de crimes violentos como assalto, latrocínio, assassinatos.

No ano de 2022 tais ocorrências acarretaram perdas do mais relevante bem jurídico que se precisa resguardar que é a vida. Casos que suprimem a paz da população e afetam inclusive a movimentação local, podendo interferir na economia pelo abalo da confiança de procurar por um turismo com vulneração de segurança. Não só a população citadina, mas todo o entorno que envolve a região de Santana do Riacho clama pela presença próxima da força policial como pressuposto de tranquilidade e bem geral.

Confiante na anuência da Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais a este pedido que carrega contornos de premência, frisa-se a solicitação de que seja encetado o devido estudo de viabilidade dessa implantação da delegacia com integral estrutura de servidores (delegado, escrivão, inspetor e investigador) para que este requerimento não fique à mercê de uma eventual negativa fundada na ausência de planejamento – o que seria inadmissível diante da relevância do que se propugna.

Elementar que este pedido seja concebido e inserido nos instrumentos legais de planejamento e gestão, na peça orçamentária na parte específica da estrutura da Polícia Civil para que a medida efetivamente executada repercuta para melhor atendimento de uma comunidade permanente e volante (turistas) carecedora do amparo que a delegacia por seu efeito inibitório e repressivo provê refletindo diretamente na prevenção e enfrentamento eficiente da criminalidade no município de Santana do Riacho e adjacências.

REQUERIMENTO Nº 2.286/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos e da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que estenda a educação em tempo integral a todas as escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 12/6/2023, que teve por finalidade debater, a pedido do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Fectipa –, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento do Trabalho infantil, a necessidade de atualização do Plano Estadual de Enfrentamento do Trabalho Infantil e de novos diagnósticos, tendo em vista o aumento do trabalho infantil no ambiente doméstico e nas ruas.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2023.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.366/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja verificada a possibilidade de implantação de uma delegacia de polícia na cidade de Santana do Riacho dotada do quadro completo de servidores: delegado, inspetor, escrivão e investigador de polícia.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2023.

Delegado Christiano Xavier, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública (PSD).

Justificação: O município de Santana do Riacho que envolve a região do Parque Estadual da Serra do Cipó, um importantíssimo complexo turístico do nosso Estado com fluxo de visitantes constante, permeada por hotéis, pousadas, restaurantes e uma gama de serviços atrelados à comunidade ali residente encontra-se desprovida até o momento de uma delegacia de polícia.

Situação que se afigura temerária, sobretudo se considerada a distância da única delegacia de Jaboticatubas, que é a mais próxima da região. São 53,6 quilômetros de distância pela LMG-816 e MG-010 que se percorre num intervalo de 52 minutos até Santana do Riacho.

Não é razoável que uma região tão frequentada, populosa e com crescente demanda de turismo permaneça com distante assistência das forças de segurança.

Não se trata de mera percepção sem respaldo fático. Lamentavelmente a realidade demonstra patente necessidade tendo em vista os índices de criminalidade preocupantes na localidade. Não são raras notícias de crimes violentos, assalto, latrocínio, assassinatos. No ano de 2022 essas ocorrências com perda do mais relevante bem jurídico que é a vida, assolaram a paz da população da região que clama pela presença próxima da força policial para bem geral.

Confiante na anuência do Governo do Estado a este pedido que tem contornos de premência, solicita-se ainda, seja encetado o devido estudo de viabilidade dessa implantação da delegacia com integral estrutura de servidores (delegado, escrivão, inspetor e investigador) para que este requerimento não fique à mercê de uma negativa fundada na ausência de planejamento. É de suma importância que seja concebido o pedido nos instrumentos legais de planejamento e gestão, na peça orçamentária e efetivamente executada a medida com a qual contamos para melhor atendimento de uma comunidade permanente e volante (turistas) que carece do amparo que a Delegacia provê para além do efeito inibitório e repressivo da criminalidade no município de Santana do Riacho e adjacências.

REQUERIMENTO Nº 2.465/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a apuração de todas as informações relativas ao homicídio do Sr. José Silva Nascimento (carinhosamente conhecido como "Zé dos Peixes"), 60 anos, no Assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares, na manhã do dia 12/6/2023, para posterior responsabilização dos envolvidos.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2023.

Leleco Pimentel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.475/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, em Belo Horizonte pedido de providências para que seja avaliado e reconhecido o ato de bravura do Sr. Alexssander Bouzada Lopes, investigador de polícia lotado na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Muriaé, que, durante suas férias em Guarapari-ES, arriscou a vida para salvar uma vítima de afogamento, e que, por não possuir treinamento para essa ação, sofreu escoriações no corpo e danos na arcada dentária.

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2023.

Grego da Fundação, vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PMN).

Justificação: Alexssander Bouzada Lopes é investigador da Polícia Civil de Minas Gerais, tem 48 anos e 25 anos de um belíssimo trabalho na área da segurança, trabalhando com muita garra, seriedade, dedicação e espírito de cidadania.

Em 16/4/2023 o investigador, durante suas férias em Guarapari (ES) arriscou a vida para salvar uma vítima de afogamento. Naquela ocasião, o investigador ouviu gritos de socorro e avistou uma moça se afogando, de imediato, se lançou ao mar e resgatou das turbulentas águas de um mar agitado a adolescente. Vale lembrar que o investigador não possuía treinamento para tal ação, o que lhe causou escoriações no corpo e danos na arcada dentária. Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.545/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – em Belo Horizonte pedido de providências para que promova esforços no sentido de incluir, na repactuação do acordo em torno da tragédia de Mariana, obras de ligação entre a BR-381 e a BR-458, trecho de aproximadamente 10 km, que poderá trazer os seguintes benefícios para a região: a) permitirá a conexão ao Aeroporto Regional do Vale do Aço de duas BRs, uma ferrovia (Vale) e, possivelmente, no futuro, mais uma ferrovia (Petrocity); b) possibilitará um modal singular no Brasil, com grande capacidade de atrair empresas, emprego, renda e desenvolvimento para a região; c) mais de 17 municípios mineiros atingidos pelo desastre de Mariana serão beneficiados com essas obras; d) criará um importante corredor de mobilidade urbana na região, principalmente para os usuários da BR-381 e da BR-458.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Enes Cândido, vice-presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer (PP).

REQUERIMENTO Nº 2.550/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – em Belo Horizonte e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam convocados os candidatos excedentes do concurso público para técnico assistente da Polícia Civil – Área do Conhecimento Apoio Administrativo (Edital nº 2/2022 – ID 01), em razão do grande déficit de servidores na área, bem como pela importância desses profissionais para o fortalecimento da Polícia Civil e para a manutenção da segurança pública do nosso Estado.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Ana Paula Siqueira, vice-líder da Bancada Feminina e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 2.551/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – em Belo Horizonte pedido de providências para a realização, com urgência, de melhorias na LMG-728, que liga os municípios de Inimutaba a Santo Hipólito, e posterior pavimentação, uma vez que o trecho se encontra em péssimo estado de conservação. Sendo que, importante lembrar, que a referida rodovia é acesso a diversas localidades como a de Várzea de Cima, merecendo melhores cuidados para o conforto e segurança dos transportes de passageiros e cargas.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

REQUERIMENTO Nº 2.617/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Douglas Melo aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 28/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para perfuração de poço artesiano com sistema de abastecimento de água no Distrito de Vargem Grande, localizado na zona rural do Município de Baldim.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.638/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a implantação de sinalização adequada e visível ao longo do trecho urbano da BR-381 em Ipatinga, com placas de limite de velocidade, sinalização de curvas perigosas e faixas de pedestre.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 2.639/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam elaborados estudos com objetivo de implantar passarelas ou passagens subterrâneas de pedestres nos trechos urbanos da BR-381, em Ipatinga.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

REQUERIMENTO Nº 2.643/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Douglas Melo aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para elevação do Pelotão de Curvelo a Companhia de Bombeiros Militares, considerando-se a vasta área geográfica abrangida pela referida unidade.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: De acordo com dados do levantamento feito pelo IBGE no ano de 2021, o Município de Curvelo conta com 81.085 habitantes, sendo a 44° cidade mais populosa do Estado de Minas Gerais. O município é uma cidade polo para diversas cidades na região central do Estado, como Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino e Santo Hipólito, que compõem a região regida por Curvelo. Por isso, tais cidades dependem diretamente de serviços sumários fornecidos pela cidade polo, e um dos serviços essenciais fornecidos é o de Corpo de Bombeiros. Sendo assim, o município base, no caso, Curvelo, necessita de uma ampliação no Corpo de Bombeiros, elevando o atual pelotão a companhia. Em caso de emergência, o trabalho do Corpo de Bombeiros pode ficar comprometido, uma vez que a demanda pode se tornar insustentável para o número reduzido de oficiais e equipamentos. Dado exposto, é possível concluir que um município com a magnitude de Curvelo não comporta mais um pelotão para atender às demandas da população da região. Sendo assim, urge que o pelotão seja transformado em companhia, para que possa ser ampliado, e atender com excelência a todos os municípios dependentes de Curvelo. Pelo exposto, conto com a apoio dos meus nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.645/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para manter o início do Curso Especial de Formação de Sargentos, para o ano de 2023 (CEFS II/2023), no mês de julho do corrente ano, conforme item 1.3.1 do Edital DRH/CRS nº 8, publicado em 28/3/2023.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 2.646/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para convocar, com urgência, os servidores aprovados na Seleção Interna – Sejusp nº 1/2021 – para o curso de capacitação relativo a procedimentos de escoltas e apoio operacional que, conforme previsão em edital, será oferecido pela Superintendência Educacional de Segurança Pública, por se tratar de requisito obrigatório para remoção às bases operacionais pertencentes a Ceaop.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Assinala-se, por oportuno, a proximidade do vencimento de citada Seleção Interna, cujo prazo foi prorrogado até 9/11/2023.

REQUERIMENTO Nº 2.647/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Caporezzo aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à melhoria da prestação dos serviços por meio do plantão digital, de maneira a evitar longos deslocamentos por policiais militares, vítimas e testemunhas e problemas decorrentes desses deslocamentos, a exemplo das ocorrências policiais acontecidas no Município de Formoso, que têm requerido o deslocamento por 283km até o Município de Unaí, para a apresentação da situação à PCMG.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 20/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Ressalte-se que, em todas as edições do Assembleia Fiscaliza, ficou evidenciada a carência no quadro de servidores policiais e administrativos da instituição, o que traz prejuízos e dificulta o sucesso na implementação do projeto em questão.

REQUERIMENTO Nº 2.648/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Christiano Xavier aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à descentralização dos serviços da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher para as Delegacias Regionais de Polícia Civil em Belo Horizonte, uma vez que a centralização do acolhimento especializado no município pode desestimular a procura, pelas mulheres, por proteção, considerando-se as distâncias físicas e dificuldades decorrentes para o deslocamento até a sede localizada no Barro Preto.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Especial desta comissão, realizada em 20/6/2023, que teve por finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 2.651/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino, em Divinópolis, pedido de providências para aquisição de materiais esportivos, especialmente suporte para rede de vôlei, visando otimizar as aulas de educação física na Escola Estadual Martin Cyprien, nesse município.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Os materiais esportivos desempenham um papel fundamental na promoção da atividade física e no desenvolvimento das habilidades esportivas nas escolas, auxiliando, especialmente, nos seguintes aspectos: a) Incentivo à participação: Ter uma variedade de materiais esportivos disponíveis na escola pode incentivar os alunos a se envolverem em atividades esportivas. Eles oferecem oportunidades para os alunos experimentarem diferentes esportes e descobrirem seus interesses e talentos; b) Desenvolvimento de habilidades: Os materiais esportivos adequados permitem que os alunos pratiquem e aprimorem suas habilidades esportivas. Seja uma bola de futebol, uma raquete de tênis ou um bastão de beisebol, cada esporte tem seus próprios equipamentos específicos que ajudam os alunos a melhorarem suas técnicas; c) Promoção da saúde e bem-estar: A prática de atividades esportivas traz diversos benefícios à saúde física e mental dos alunos. Os materiais esportivos permitem que os alunos se engajem em atividades físicas, o que contribui para a sua aptidão cardiovascular, força muscular, coordenação motora e flexibilidade. Além disso, a prática esportiva pode ajudar a reduzir o estresse e melhorar o bem-estar emocional dos alunos; d) Aprendizado e desenvolvimento de valores: Os esportes oferecem oportunidades para os alunos aprenderem sobre trabalho em equipe, fair play, respeito mútuo, liderança e superação de desafios. Os materiais esportivos proporcionam um ambiente onde esses valores podem ser praticados e internalizados pelos alunos; e) Inclusão e diversidade: Ao fornecer uma variedade de materiais esportivos, as escolas podem promover a inclusão e a diversidade. Alunos com diferentes habilidades e interesses podem encontrar opções esportivas que atendam às suas necessidades e preferências. Isso permite que todos os alunos se envolvam e participem das atividades esportivas escolares; f)Desenvolvimento de habilidades sociais: A prática esportiva em equipe envolve a interação com os outros, o que ajuda os alunos a desenvolverem habilidades sociais importantes, como comunicação, cooperação, respeito e empatia. Os materiais esportivos facilitam essas interações e promovem o trabalho em equipe. Desta feita, é importante que as escolas disponibilizem uma variedade de materiais esportivos e garantam que estejam em bom estado de conservação para oferecer uma experiência esportiva adequada aos alunos. Além disso, é essencial que haja orientação adequada por parte dos professores de educação física para garantir a utilização correta e segura dos materiais esportivos. Diante disso, justifica-se a presente solicitação e requer-se o apoio para respectiva aprovação.

REQUERIMENTO Nº 2.652/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Macaé Evaristo, Lohanna, Betão e Professor Cleiton aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – não sejam considerados no cômputo da base de cálculo e limites de despesas primárias do PLP nº 93, de 2023, conforme texto aprovado no Senado Federal. (Emendado pela deputada Beatriz Cerqueira)

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.655/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual São Francisco de Assis, em Carmo do Cajuru.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Uma quadra coberta em uma escola possui uma série de benefícios e importâncias significativas, a exemplo: a) Atividades esportivas durante todo o ano: Uma quadra coberta permite que os alunos pratiquem atividades esportivas em qualquer clima, independentemente das condições climáticas externas. Isso é especialmente importante em áreas onde o clima é variável ou extremo, pois permite que as atividades esportivas continuem sem interrupções; b) Saúde e bem-estar: A prática de esportes e atividades físicas é essencial para a saúde e o bem-estar dos alunos. Ter uma quadra coberta incentiva a participação regular em esportes, promovendo a atividade física e ajudando a combater o sedentarismo entre os estudantes; c) Desenvolvimento físico e habilidades motoras: A quadra coberta oferece um espaço adequado para o desenvolvimento de habilidades motoras, coordenação, resistência e força física dos alunos. A prática regular de esportes ajuda no crescimento saudável e no desenvolvimento físico adequado; d) Aulas de educação física: A quadra coberta é um ambiente ideal para aulas de educação física. Os alunos podem participar de uma variedade de esportes e atividades em um espaço seguro e controlado, permitindo que os professores criem aulas diversificadas e estimulantes; e) Competições esportivas e eventos escolares: Uma quadra coberta oferece um local adequado para competições esportivas entre escolas, torneios intraescolares e eventos escolares. Isso promove o espírito esportivo, a camaradagem e o senso de comunidade entre os alunos; f) Atividades extracurriculares: A quadra coberta também pode ser usada para uma variedade de atividades extracurriculares, como clubes esportivos, práticas de equipes esportivas, treinamentos e ensaios de apresentações. Ela proporciona um espaço dedicado para essas atividades, contribuindo para o engajamento dos estudantes em atividades além da sala de aula; g) Segurança e proteção: Ao ter uma quadra coberta, os alunos são protegidos de condições climáticas adversas, como chuva intensa, calor excessivo ou frio extremo. Isso reduz o risco de lesões relacionadas ao clima e garante um ambiente seguro para a prática esportiva. Em resumo, uma quadra coberta desempenha um papel essencial no desenvolvimento físico, social e emocional dos alunos. Ela oferece um espaço versátil e seguro para a prática de esportes, atividades físicas, competições, eventos escolares e atividades extracurriculares, contribuindo para uma experiência educacional completa e enriquecedora. Diante disso, especialmente à Escola Estadual São Francisco de Assis em Carmo do Cajuru, solicito o apoio e a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.656/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual Gonçalves de Matos, em Divinópolis, com a disponibilização do projeto e do cronograma das obras de construção dessa cobertura.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A cobertura de quadra esportiva em uma escola oferece uma série de benefícios e desempenha um papel importante no desenvolvimento físico, social e educacional dos alunos. Dentre algumas das razões pelas quais a cobertura de quadra esportiva é importante em uma escola, tem-se: a) Uso durante todo o ano: Com a cobertura, a quadra esportiva pode ser utilizada durante todas as estações do ano, independentemente das condições climáticas. Isso permite que os estudantes pratiquem esportes e atividades físicas de forma regular e consistente, sem interrupções devido a chuva, calor intenso ou outras condições climáticas adversas; b) Promoção da saúde e condicionamento físico: A cobertura da quadra esportiva incentiva a prática regular de atividades físicas, o que é essencial para a saúde e o bem-estar dos alunos. Os esportes e as atividades físicas contribuem para o desenvolvimento físico, melhoram a resistência cardiovascular, fortalecem os músculos e ossos, ajudam a controlar o peso e promovem a coordenação motora; c) Melhoria do desempenho acadêmico: A prática regular de atividades físicas tem sido associada a um melhor desempenho acadêmico. Estudos mostram que a atividade física estimula o cérebro, aumenta a concentração, melhora a memória e a capacidade de aprendizado, além de reduzir o estresse e a ansiedade. Com a cobertura da quadra esportiva, os alunos têm a oportunidade de se engajar em atividades físicas que podem ter um impacto positivo em seu desempenho acadêmico; d) Desenvolvimento de habilidades sociais: A prática de esportes em equipe promove o trabalho em equipe, a colaboração, a comunicação e o respeito mútuo. Os alunos aprendem a lidar com vitórias e derrotas, a respeitar as regras e a tomar decisões rápidas. A cobertura da quadra esportiva cria um espaço adequado para a prática de esportes coletivos, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento dessas habilidades sociais essenciais; e) Incentivo à participação em atividades extracurriculares: A disponibilidade de uma quadra esportiva coberta encoraja os alunos a participarem de atividades extracurriculares relacionadas ao esporte. Isso inclui treinamentos, jogos, competições e clubes esportivos. Essas atividades complementam o currículo acadêmico, promovem a inclusão social, incentivam a liderança e oferecem oportunidades de crescimento pessoal; f) Utilização comunitária: Além do uso pelos alunos, a quadra esportiva coberta também pode ser aberta para uso comunitário fora do horário escolar. Isso permite que a escola se torne um centro comunitário, promovendo a interação entre a escola e a comunidade local. A cobertura da quadra esportiva oferece um espaço versátil para a realização de eventos esportivos, recreativos e culturais, beneficiando não apenas os alunos, mas também os moradores da região. Diante disso e da importância da referida obra para a Escola Estadual Gonçalves de Matos é que se requer apoio e aprovação.

REQUERIMENTO Nº 2.657/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja aprovado, em caráter de urgência, o pedido de reforma da Escola Estadual Doutor Arlindo Silveira Filho, situada na cidade de Alfenas, feito pela comunidade escolar da região.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 2.658/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na Escola Estadual Vicente Mateus, em Divinópolis, especialmente através de reforma e ampliação dos banheiros e cantina, instalação de vidro em algumas janelas, realização de limpeza (capina) no interior da escola e reformas no telhado, entre outras, e para sanar ocorrências de superlotação das salas.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: As escolas com boa infraestrutura desempenham um papel fundamental na educação e no desenvolvimento das crianças e jovens, propiciando, dentre outros: a) Ambiente propício ao aprendizado: Uma infraestrutura adequada proporciona um ambiente propício ao aprendizado. Salas de aula bem equipadas, espaços de estudo adequados, laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos ajudam os alunos a se concentrarem no processo de aprendizagem e facilitam a compreensão dos conceitos; b) Segurança e conforto: Escolas com boa infraestrutura oferecem um ambiente seguro e confortável para os alunos. Isso inclui instalações elétricas e hidráulicas seguras, pisos, tetos e paredes em bom estado, além de sistemas de segurança, como extintores de incêndio e rotas de evacuação claras. Um ambiente físico seguro e agradável contribui para o bem-estar dos estudantes, permitindo que eles se concentrem nas atividades acadêmicas; c) Recursos educacionais adequados: A infraestrutura escolar também envolve recursos educacionais adequados, como livros didáticos, materiais de laboratório, computadores, acesso à internet e outras tecnologias. Esses recursos ajudam os alunos a expandirem seus conhecimentos, explorarem novas áreas e desenvolverem habilidades relevantes para o mundo atual; d) Atividades extracurriculares: Escolas com boa infraestrutura têm condições de oferecer uma variedade de atividades extracurriculares, como esportes, música, artes e clubes estudantis. Essas atividades complementam o currículo acadêmico, promovendo o desenvolvimento físico, social e criativo dos alunos; e) Atratividade e reputação da escola: A infraestrutura escolar desempenha um papel importante na atratividade e reputação da instituição de ensino. Escolas com instalações modernas e bem conservadas têm maior probabilidade de atrair alunos e pais interessados em uma educação de qualidade; f) Valorização dos professores: Uma boa infraestrutura escolar não beneficia apenas os alunos, mas também os professores. Ambientes de trabalho adequados e recursos disponíveis ajudam a motivar e valorizar os educadores, permitindo que eles desempenhem seu papel de forma mais eficaz; g) Preparação para o futuro: A infraestrutura escolar atualizada e tecnologicamente equipada prepara os alunos para o futuro. Eles adquirem habilidades práticas e conhecimentos relevantes para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho e à sociedade em constante evolução. Portanto, investir em escolas com boa infraestrutura é essencial para garantir uma educação de qualidade e proporcionar aos alunos um ambiente de aprendizado seguro, estimulante e propício ao desenvolvimento integral. Diante disso e considerando a real necessidade da Escola Estadual Vicente Mateus, em Divinópolis,é que solicito apoio e respectiva aprovação do presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2.659/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja

encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam incluídos no Edital Seplag/SEE nº 3/2023, para o provimento de cargos das carreiras da educação básica, os cargos vagos para atuar nos conservatórios estaduais de música.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/7/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Tânit Jorge Sarsur, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Danúbia dos Santos Pereira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

nomeando Marianna Ventura da Silva Oliveira, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

nomeando Meticia Mara Faria de Souza, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Enes Cândido.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 64/2023

Número no Siad: 9260995

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Dia a Dia Eireli – ME. Objeto do contrato: prestação de serviços de lavanderia. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com redução do preço global e com reajuste de preço. Vigência: 17/9/2023 a 16/9/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3. 90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 65/2023

Número no Siad: 9348576

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom. Objeto do contrato: prestação de serviço de adolescentes trabalhadores, de família de baixa renda ou público prioritário da Assistência Social, em formação profissional. Objeto do aditamento: revisão de preços para reequilíbrio econômico-financeiro em virtude dos reajustes do salário-mínimo (a partir de 1º/5/2023) e do vale-transporte (a partir de 23/4/2023). Vigência: a partir da data de assinatura, inclusive, com efeitos retroativos a 23/4/2023. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 66/2023

Número no Siad: 9223938-8

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Precisa Conservação e Limpeza Eireli. Objeto: prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos. Objeto do aditamento: sexta prorrogação, excepcional, com revisão de preços. Vigência: 6 meses, com termo inicial em 1º/8/2023 e final em 31/1/2024, inclusive, ou até que se finalize

estudo e realização de novo certame para o mesmo objeto, o que primeiro ocorrer. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 69/2023

Número no Siad: 9223975-9

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vitha Service Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Eireli. Objeto: cessão de mão de obra, de 2 vigias e 48 porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais que se fizerem necessários, que deverão atuar exclusivamente a serviço e sob orientação, supervisão e fiscalização diária da contratada. Objeto do aditamento: prorrogação por mais 12 meses, revisão de preços em virtude da Convenção Coletiva do Trabalho 2023 (a partir de 1º/1/2023) e do vale-transporte (a partir de 23/4/2023). Vigência: a partir da assinatura, sendo que, para a revisão de preços, com efeitos retroativos a partir de 1º/1/2023 e, quanto à prorrogação contratual, de 13/9/2023 a 12/9/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 71/2023

Número no Siad: 9261098-3

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: 2Live Streaming Telecomunicações Digitais Ltda. Objeto: locação de sistema de transmissão e recepção de áudio e vídeo, ao vivo, para TV, utilizando a rede de telefonia móvel celular (3G/4G LTE), como meio de transmissão. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com revisão de preços, por acordo entre as partes. Vigência: 12 meses, de 7/10/2023 a 6/10/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).